

Gestão e Planejamento de Unidades de Produção Agrícola

Saionara Araújo Wagner

Elvio Giasson

Lovois de Andrade Miguel

João Armando Dessimon Machado

Organizadores

EAD
SÉRIE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA



Gestão e Planejamento de Unidades de Produção Agrícola



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL

Reitor

Carlos Alexandre Netto

Vice-Reitor e Pró-Reitor
de Coordenação Acadêmica

Rui Vicente Oppermann

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
A DISTÂNCIA**

Secretário

Sérgio Roberto Kieling Franco

Vice-Secretário

Silvestre Novak

Comitê Editorial

Lovois de Andrade Miguel

Mara Lucia Fernandes Carneiro

Silvestre Novak

Sílvio Luiz Souza Cunha

Sérgio Roberto Kieling Franco,
presidente

EDITORA DA UFRGS

Diretora

Sara Viola Rodrigues

Conselho Editorial

Alexandre Santos

Ana Lígia Lia de Paula Ramos

Carlos Alberto Steil

Cornelia Eckert

Maria do Rocio Fontoura Teixeira

Rejane Maria Ribeiro Teixeira

Rosa Nívea Pedroso

Sergio Schneider

Susana Cardoso

Tania Mara Galli Fonseca

Valéria N. Oliveira Monaretto

Sara Viola Rodrigues, presidente

Gestão e Planejamento de Unidades de Produção Agrícola

Saionara Araújo Wagner

Elvio Giasson

Lovois de Andrade Miguel

João Armando Dessimon Machado

Organizadores

EAD
SÉRIE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA


UFRGS
EDITORA


SEAD
Secretaria de
Educação a Distância


CURSO DE GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA
**PLANEJAMENTO E GESTÃO
PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL**

© dos Autores
1ª edição: 2010
Direitos reservados desta edição:
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Capa e projeto gráfico: Carla M. Luzzatto
Revisão: Ignacio Antonio Neis e Sabrina Pereira de Abreu
Editoração eletrônica: Luciane Delani

Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS

Coordenador: Luis Alberto Segovia Gonzalez

Curso de Graduação Tecnológica Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural

Coordenação Acadêmica: Lovois de Andrade Miguel

Coordenação Operacional: Eliane Sanguiné

G393 Gestão e planejamento de unidades de produção agrícola / organizado por Saionara Araújo Wagner ... [et al.] ; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

128 p. : il. ; 17,5x25cm

(Série Educação A Distância)

Inclui figuras, gráficos e quadros.

Inclui Apêndice e Referências.

1. Agricultura. 2. Unidades de produção agrícola – Gestão – Planejamento. 3. Unidades de produção agrícola – Abordagem sistêmica. 4. Unidades de produção agrícola - Caracterização geral. 5. Unidades de produção agrícola – Fatores de produção. 6. Unidades de produção agrícola – Avaliação. 7. Unidades de produção agrícola – Operacionalização – Diagnóstico agrossocioeconômico. I. Wagner, Saionara Araújo. II. Universidade Aberta do Brasil. III. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Secretaria de Educação a Distância. Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural.

CDU 631

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.
(Jaqueline Trombin – Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-85-386-0126-5

7 – PROCESSOS HISTÓRICOS E CULTURAIS A SEREM OBSERVADOS NO ESTUDO E NA CARACTERIZAÇÃO DE UMA UNIDADE PRODUTIVA A PARTIR DA ABORDAGEM SISTÊMICA

Saionara Araújo Wagner¹⁷

ASPECTOS HISTÓRICOS DA OCUPAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL

Perceber a família como centro de observação em uma Unidade de Produção Agrícola, sendo ela parte do sistema produtivo implementado, leva a refletir um pouco mais sobre os fatos históricos que marcaram a ocupação do território gaúcho, como pressuposto para que se entendam os sistemas de produção implementados, bem como a forma de organização dessas unidades produtivas que caracterizam os processos produtivos vigentes.

As diversas culturas existentes no Rio Grande do Sul são frutos das etapas de sua colonização e de diferentes agentes colonizadores, os quais determinaram atributos como atividade econômica, densidade demográfica, tamanho das propriedades, sistemas produtivos e, assim, caracterizaram as diferentes formas de exploração desse território.

A ocupação do território gaúcho pelos europeus deu-se no século XVII, por volta de 1626, através das incursões jesuíticas a serviço da Coroa Espanhola, na região noroeste do estado, conhecida como Território dos Sete Povos das Missões. Ali, os jesuítas fundaram as primeiras reduções, ou seja, os primeiros núcleos estáveis no território sul-rio-grandense. Foi nessas reduções, habitadas pelos índios e pelos jesuítas, que começou a se praticar a agricultura e a atividade pecuária. Foi a partir dessas reduções que surgiram os Sete Povos das Missões, que se tornariam um importante centro econômico na época, tendo na produção de erva-mate, na extração de couro e na pecuária suas principais atividades.

Um século após a incursão espanhola em território gaúcho, a Coroa Portuguesa organizou sua estratégia de ocupação, que tinha dois objetivos precípuos. O primeiro deles era garantir a posse e a defesa das terras fronteiriças com a Argentina e o Uruguai, através de acampamentos militares e da construção de fortes. O segundo estava relacionado ao crescimento da importância econômica adquirida pelo rebanho

¹⁷ Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Professor Adjunto da Faculdade de Veterinária da UFRGS; Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural – PGDR/UFRGS.

bovino existente. Assim sendo, o governo começou a distribuir títulos de posse da terra, a fim de consolidar sua presença no território. Essa distribuição de terras deu-se através da doação das primeiras sesmarias (propriedades extensas medindo três léguas por uma légua, podendo atingir até 13.000 hectares). Surgiram aí as primeiras estâncias de criação que dariam origem, mais tarde, aos latifúndios pecuaristas.

Além desta forma de ocupação da mesorregião sul do estado, através da doação de grandes áreas, existiu outro tipo de doação de terras para os açorianos, a fim de que estes viessem a diversificar a produção da região, produzindo alimentos, principalmente trigo. Isso ocorreu a partir de 1752. No entanto, fatores tais como a praga da ferrugem que destruiu praticamente todos os trigais, as constantes guerras contra os castelhanos pela posse do território, a convocação dos filhos dos agricultores para lutarem na guerra, a requisição de alimentos e animais produzidos por eles para abastecer o exército e, é claro, a falta de uma remuneração adequada contribuíram para que, aos poucos, esses agricultores fossem abandonando a agricultura para se tornarem também estancieiros (BRUM, 1988).

Dessa forma, então, a apropriação de terras sulinas por alguns militares e tropeiros privilegiados oportunizou o fortalecimento da atividade pecuária neste território e, conseqüentemente, o fortalecimento das forças políticas da oligarquia ali instalada, a qual se fez notar no plano político-administrativo.

A doação de sesmarias cessou no Brasil a partir da proclamação da Independência em 1822, acarretando uma aglutinação e uma posse de terras completamente desordenadas, o que levou a província a tentar uma reorganização econômica baseada no trabalho livre através de políticas imigratórias que pudessem dar conta da produção de alimentos e, assim, abastecer o mercado interno e externo.

Com base nesta nova política imigratória, o Rio Grande do Sul recebia, em 1824, a primeira leva de imigrantes alemães, que ocuparam, num primeiro momento, a região do Vale do Rio dos Sinos. Outra fase da colonização gaúcha ocorreu com os imigrantes italianos, os quais, a partir de 1875, ocuparam a região norte e nordeste do estado. Segundo Giron e Corsetti (1990), na Itália, já se presenciava, nesta época, um processo de aumento populacional com o conseqüente esgotamento das terras e crises agrícolas que levaram esses agricultores a migrar para outros países, entre os quais o Brasil.

Posteriormente, a partir de 1900, foram chegando novos imigrantes, russos, poloneses, suíços, que ocuparam áreas principalmente no norte do estado e que, dessa forma, contribuíram para a diversidade étnica do território gaúcho.

Pode-se afirmar, portanto, que a ocupação do Rio Grande do Sul se dividiu em duas etapas. A primeira ocorreu na mesorregião sul, caracterizando-se pelas grandes propriedades, pela atividade pecuária extensiva, pela baixa densidade demográfica, por núcleos urbanos mais distantes, bem como por grande concentração de terra e renda. A outra etapa de ocupação deu-se na mesorregião norte e nordeste, caracterizando-se pela pequena propriedade, por maior densidade demográfica, por núcleos urbanos mais próximos e por menor concentração de terra e renda.

Essa forma de ocupação diferenciada entre as metades sul e norte do estado, no que diz respeito tanto à forma de distribuição da terra quanto às diferentes etnias, irá definir as características dos sistemas de produção implementados, bem como a organização da família e a distribuição do trabalho e da renda no núcleo familiar.

Os imigrantes europeus que ocuparam a metade norte e nordeste encontravam-se, em sua maioria, desempenhando atividades industriais nas cidades europeias de origem, mas, em momento algum, se desconectaram do modo de vida que levavam anteriormente ao processo de industrialização e, dessa forma, trouxeram consigo os **modos** de fazer agricultura e de produzir alimento que caracterizariam a sociedade camponesa no estado (ALVES; SILVEIRA, 2008).

Deve-se acrescentar, porém, que, desde os jesuítas espanhóis, que organizaram os índios em aglomerados e introduziram no estado a atividade pecuária que posteriormente se tornaria a principal atividade econômica, até a chegada dos imigrantes alemães e italianos, que introduziram com força a produção de alimentos, outros grupos tentaram povoar o Rio Grande do Sul, como os portugueses-militares, os tropeiros, os africanos e os açorianos agricultores. Assim, essas várias incursões para ocupar o território sulino, diversas do ponto de vista étnico, formaram a base da origem do povo gaúcho (BRUM NETO, 2007).

Observa-se que, graças às suas experiências históricas, os membros de determinada sociedade que são transferidos para outro território trazem consigo laços de historicidade que explicam as formas de organização e de manifestação nessa nova sociedade. De fato, apesar da distância étnica e de costumes entre os imigrantes europeus, luso-portugueses e africanos descendentes de escravos, todos foram importantes no processo de construção dos sistemas de produção praticados no Rio Grande do Sul; e, nestas circunstâncias, foram construídas as identidades e as lógicas de inserção e de relações sociais próprias de cada cultura, as quais estão vinculadas à terra e à sua ocupação.

Assim sendo, ao se focar a família como componente estratégico na observação do conjunto dos sistemas de uma Unidade de Produção Agrícola, deve-se ter a capacidade de perceber as diferentes culturas e processos históricos que envolvem o ambiente rural.

Nesse sentido, o grupo doméstico que aqui será estudado compreende a família nuclear, pai, mãe e filhos, mas pode agregar outros membros, como sobrinhos, tios, irmãos, sogro e sogra.

ASPECTOS CULTURAIS E SUAS RELAÇÕES COM OS SISTEMAS PRODUTIVOS

A identidade cultural torna-se essencial no processo de manutenção de um grupo social, pois ela confere legitimidade, permitindo que esse grupo se identifique e seja identificado perante os demais. Essa circunstância estabelece um “limite”, no sentido de fronteira, que possibilita a separação de comunidades culturalmente

distintas, confirmando a delimitação de sua identidade. Como esses processos de construção de identidades culturais estão associados à origem histórica evolutiva de determinados grupos sociais, pode-se concluir que essas identidades culturais são formadas em momentos particulares e distintos no tempo e no espaço.

A inserção de várias etnias que conformaram os grupos sociais que povoaram o território gaúcho, juntamente com sua grande mobilidade no tempo e no espaço, auxilia a entender melhor a complexidade da questão cultural gaúcha, assim como sua estrutura socioeconômica. Os processos de povoamento e colonização aqui observados tiveram como objetivo principal, além da ocupação das terras, desenvolver atividades econômicas, como a pecuária de corte no centro-sul e a agricultura no norte e no nordeste do estado.

As mudanças são impostas às sociedades ao longo do tempo pela necessidade de se encontrarem soluções para determinadas situações problemáticas, entre as quais aquelas relacionadas às práticas agrícolas. Daí nascem as inovações tecnológicas; ou seja, é a partir das dificuldades que essas inovações emergem como instrumentos capazes de resolver determinados problemas e/ou necessidades de ajuste do sistema produtivo. As mudanças são inerentes ao curso evolutivo do ser humano, fazem parte da dinâmica social. Essas inovações de cunho tecnológico, desenvolvidas com o passar dos anos pelas diferentes sociedades, são formas de elas se adaptarem ao meio e de retirarem dele seu sustento (BRUM NETO, 2007).

Com base no exposto acima e no pressuposto de que a cultura se origina na convivência entre os indivíduos e em suas interações, pode-se dizer que todos os grupos das mais diferentes etnias que povoaram o Rio Grande do Sul, desde os espanhóis, passando pelos portugueses e, posteriormente, pelos italianos, alemães, poloneses, entre outros, viveram processos de transformação de seus costumes, devido à necessidade de convivência e de adaptação, assimilando, assim, outros costumes e tradições que não os de suas origens.

A aculturação não significa a negação dos costumes originais, mas sim, a absorção de novos costumes e culturas que contribuirão para a manutenção de determinado grupo social, visto que o contato entre duas etnias e culturas diferentes não ocorre sem que haja influência mútua entre os grupos. Esse processo deve ser considerado normal, pois a cultura é construída e reconstruída ao longo do tempo, agregando certos elementos e excluindo outros.

Assim, essas famílias organizaram-se de acordo com seus laços históricos e culturais, sendo esses laços determinantes para a reprodução social, além de orientarem sua racionalidade econômica e, conseqüentemente, o sistema de produção implementado por eles (CARNEIRO; MALUF, 2003).

A interação de diversas combinações e de diferentes estratégias em relação ao processo de trabalho agrícola é que define a organização da unidade produtiva e a ação de cada membro da família. Essas definições estão fortemente vinculadas aos objetivos da família quanto à atividade econômica desenvolvida e também quanto à

sua inserção na sociedade. Esse conjunto de fatores colabora para que as famílias se organizem para além da produção, de forma a garantir não só a sobrevivência da geração atual, como também a das gerações futuras. Para tanto, todos os investimentos realizados no sistema produtivo adotado, materiais e trabalho, são estrategicamente pensados e transmitidos à geração seguinte, garantindo, dessa forma, as condições de sua sobrevivência.

Quando se propõe a gestão da unidade produtiva com base na observação da família e de sua estratégia de reprodução social através da construção e manutenção do patrimônio fundiário (terra), da intensidade do trabalho, do associativismo e de outras formas de organização orientadas por objetivos de médio e longo prazo, está-se reforçando que são esses aspectos que irão garantir a sucessão entre gerações. Muitas vezes, tais estratégias podem compreender ações de membros da família fora da atividade agrícola, porém o objetivo é um só, garantir a sobrevivência do núcleo familiar atual e sua reprodução (WANDERLEI, 1996).

Contudo, deve-se levar em consideração que o processo histórico/cultural determinou formas de ocupação diferenciadas do território gaúcho e estabeleceu os parâmetros básicos das formas de produção e de organização das unidades produtivas no estado que perduram em seus fundamentos até hoje. Tais diferenciações estão baseadas essencialmente nas relações dessas famílias com a terra, com o capital e com o trabalho enquanto fatores de organização das formas de produção e de gestão das unidades produtivas.

Assim, partindo do pressuposto de que as formas de produção estão estreitamente associadas à estrutura fundiária e de que esta está associada às formas históricas de ocupação do território gaúcho, podem-se destacar duas formas mais evidentes de organização do sistema de produção no Rio Grande do Sul, as quais foram descritas por Miguel (2011)¹⁸: a Unidade de Produção Agrícola Familiar e a Grande Propriedade.

Na grande propriedade, a terra e o capital imobilizado têm participação elevada no processo produtivo, enquanto os fatores de trabalho, grau de especialização, padrão tecnológico, entre outros, representam baixa participação. Há que se considerar também, nesse sistema, a presença de trabalho assalariado conjugado com a produção destinada tanto ao mercado externo quanto ao mercado interno, com baixa produtividade econômica. Para a unidade de produção familiar, a força de trabalho predomina sobre os fatores capital e terra, com o uso da mão de obra familiar e com uma produção diversificada, destinada tanto ao autoconsumo quanto aos mercados internos e, mais raramente, aos externos.

Essas duas formas de organização da produção, embora o autor destaque outras, são as mais significativas e emblemáticas para o estado do Rio Grande do Sul, quer do ponto de vista da estrutura produtiva e de seus vieses étnicos e culturais, quer do ponto de vista da forma de produção e reprodução dessas famílias e de seus sistemas.

18 O autor considera, além disso, dois outros perfis: a Empresa Patronal e a Empresa Rural.

A LÓGICA DO SISTEMA DE PRODUÇÃO IMPLEMENTADO PELOS CAMPONESES (AGROPECUÁRIA COLONIAL)

A reprodução social da família camponesa está alicerçada em noções de hierarquia e de gênero, as quais irão refletir diretamente a organização do trabalho e a divisão das tarefas, tanto as agrícolas quanto as não-agrícolas, sendo o trabalho familiar o elemento central de uma lógica econômica própria dos camponeses. Esse grupo doméstico, então, está organizado e inserido em uma relação de parentela e de vizinhança, estabelecida por laços de solidariedade e de ajuda mútua, e deve ser visto como um sistema de relações internas e externas.

Para entender melhor como a família organiza seu espaço na Unidade de Produção Agrícola, levando em conta que esse espaço não é só de produção, mas também de reprodução, deve-se verificar como ela organiza seu *processo de trabalho*. Esse processo de trabalho, de acordo com Woortmann (1997), é construído, de um lado, a partir de uma idealização da natureza construída pelo homem, que é uma representação simbólica, e, de outro, pelas relações sociais que transformam essa natureza, visto que, ao longo do tempo, a natureza é constantemente transformada pela própria ação do homem em seu processo de organização do trabalho.

Além do processo de trabalho, a mesma autora aborda outra noção, a de *relações de produção*. No processo produtivo, as funções de cada indivíduo são normalmente organizadas e vinculadas à ideia de classe social que se estabelece no interior do núcleo familiar, e essas relações de trabalho são orientadas pelas relações de hierarquia e de gênero. Na hierarquia da unidade produtiva, e tendo como base a família nucleada, o pai governa a família porque governa a produção, e o pai governa o processo de trabalho porque domina o *saber*, neste caso, o saber técnico. Esse saber é fundamental para a reprodução da estrutura social da família.

Em síntese, o *processo de trabalho* é a articulação entre as forças produtivas e as relações sociais de produção, onde a *força produtiva* é o conjunto de fatores de produção, ou seja, os recursos disponíveis, como terra, homem e instrumentos de trabalho, e as relações sociais de produção são a forma como a família organiza e distribui entre seus membros as diferentes tarefas de sua Unidade de Produção Agrícola. Cabe salientar também que essa distribuição de tarefas obedece a uma relação de hierarquia e de gênero.

A afirmação do papel de cada membro da família se dá através das práticas produtivas utilizadas pela família e que são transmitidas de geração em geração pelos ensinamentos veiculados do pai para seus filhos. Esses saberes técnicos são repassados no cotidiano familiar; e, juntamente com eles, também são repassadas todas as questões éticas, morais, de costumes e valores que fazem parte do processo de aprendizagem. Esses valores servirão para afirmar o papel de cada membro em seu núcleo familiar atual, bem como nos núcleos que serão construídos no futuro.

Seguindo esse raciocínio, pode-se considerar que o *saber técnico* é um fator determinante na construção da hierarquia do grupo, pois ele está ligado direta-

te à reprodução dessas famílias. Assim sendo, na medida em que os filhos vão se apropriando desse saber, tornam-se aptos a constituir suas próprias famílias, pois, além de aprenderem a cultivar a terra e, com isso, garantirem a perpetuação de suas proles, também sabem por que o estão fazendo.

Com este apanhado de ideias, ao se analisarem os sistemas de produção adotados pelas famílias rurais e as transformações do mundo rural, com o centro da atenção focado na família, ressalta-se que uma Unidade de Produção Agrícola é mais do que um espaço de produção, é uma organização social que combina várias espécies e variedades vegetais e animais que formam um ecossistema construído com base em modelos de saber e de conhecimento do homem e da natureza. E esse conhecimento é mais do que um conhecimento técnico especializado para cultivar lavouras e criar animais, ele é parte de uma representação simbólica construída ao longo do tempo entre o homem e a natureza.

Ao organizar o espaço da Unidade de Produção Agrícola, a família organiza o ecossistema como um fluxo de energia, partindo da premissa de que as partes se articulam entre si, e essa organização corresponde a um padrão camponês de reprodução social e de percepção do ambiente que tende a uma forma de economia autossustentada; ou seja, neste espaço, os sistemas de criação e de cultivos se complementam e se equilibram. Tal organização é resultado de um saber pelo qual e com o qual o homem interage com a natureza.

Há que se levar em consideração, também, na forma de organização do sistema de produção implementado por esses agricultores, as questões referentes ao uso de tecnologias que devem ser percebidas do ponto de vista de fatores internos e externos que irão influenciar direta ou indiretamente essa organização. Segundo os autores, ao se analisar a unidade produtiva do ponto de vista de relações internas, a variável tecnologia encontra-se estreitamente associada ao processo de produção e de trabalho, ou seja, da divisão interna do trabalho entre os membros da família e a mão de obra eventualmente contratada, bem como às questões de disponibilidade de recursos físicos e financeiros. Já do ponto de vista de relações externas, o uso de tecnologias está associado ao grau de mercantilização da produção e à sua articulação com os sistemas de comercialização e de financiamento.

Assim, a tecnologia emerge como um elemento-chave na forma de organização do sistema produtivo implementado pelas famílias e está associada aos seus objetivos e às suas demandas. A utilização ou introdução de tecnologias, sejam elas novas ou remodeladas, está vinculada às dinâmicas das unidades produtivas e às práticas produtivas preconizadas.

Além das considerações acima, deve-se observar que a organização dessas famílias, em seu espaço produtivo, se dá de acordo com laços históricos e culturais, os quais determinam a reprodução social desses núcleos. Também é preciso perceber a família como um espaço de reprodução de valores cujo significado ultrapassa a lógica do parentesco e a racionalidade econômica. Segundo Carneiro e Maluf (2003),

[...] é necessário considerar o conjunto de valores que orientam e dão sentido às práticas sociais no interior da família, já que ela agrega indivíduos através de uma rede de relações que inclui, como toda relação social, uma parte ideal, de pensamento, ou, se quisermos, de representação.

O espaço rural é considerado pelo camponês como um espaço de vida com intensas relações sociais do cotidiano. Essa coletividade é depositária de uma cultura que se reproduz e se perpetua e que, portanto, é fundamental e indispensável para a dinamização técnico-econômica, ambiental e social do meio rural. Essas relações geram um sentido de pertencimento dos membros familiares a estes locais de “vida e trabalho”, ora denominados de Unidades de Produção Agrícola.

Tais unidades produtivas compõem um espaço rural organizado em forma de comunidades ou vilarejos, onde se intensificam as relações de trocas e onde se praticam hábitos culturais herdados dos antepassados, como os cultos religiosos, as festas e comemorações, os casamentos, o processo de ensino/aprendizagem (escolas), o lazer e a comercialização de bens de consumo.

Evidentemente, esses espaços rurais, ou comunidades rurais, não estão isolados; as relações com o meio urbano e com o mercado são dinâmicas e constantes, e de certa forma contribuem para a própria manutenção das comunidades, que se caracterizam por um entrelaçamento de relações sociais que atravessam o tempo e o espaço.

A LÓGICA DO SISTEMA DE PRODUÇÃO IMPLEMENTADO PELOS ESTANCIEIROS

Para melhor entender a organização dos sistemas produtivos implementados pelos estancieiros, sobretudo na mesorregião sul do estado, há que se retomar o processo de povoamento da referida região, o qual se iniciou pela distribuição de terras através da concessão de sesmarias, mormente para militares e tropeiros.

Posteriormente, a Coroa Portuguesa, com o intuito de intensificar a ocupação do território sulino e de diversificar a produção pastoril, principalmente a produção de trigo para abastecer a colônia, enviou centenas de famílias de açorianos para a metade sul do estado. Essas famílias foram completamente abandonadas na década seguinte, e as que sobreviveram receberam finalmente propriedades rurais. Tais propriedades, que foram qualificadas como *dadas*, não tinham grande extensão, aproximadamente 900 hectares em média.

Assim, essas duas frentes foram as primeiras a ocupar a mesorregião sul do estado, responsáveis por delinear a formação sociocultural dessa região e por definir o sistema produtivo ali implementado, que se perpetua até os dias de hoje, baseado na atividade pecuária extensiva em grandes extensões de área, aproveitando acima de tudo os recursos ambientais existentes, associados ao Bioma Pampa, com presença de campo nativo.

Brum (1988, p. 25) complementa essas informações:

A sociedade constituída pela pecuária e pelo charque na Mesorregião Sul caracterizava-se pela concentração da propriedade e da renda,

existindo um reduzido número de assalariados, já que a pecuária não exigia grande contingente de mão de obra. Assim, a grande propriedade concentrada na posse de poucos proprietários e a forma como se organizou o trabalho gerou duas classes bem distintas e fortemente hierarquizadas: a dos estancieiros (proprietários) e a dos peões (dependentes). Alguns milhares de grandes proprietários eram donos de terras e utilizavam nas estâncias de criação o trabalho dos peões, além de escravos para os serviços domésticos, no trabalho pesado das charqueadas predominava o braço escravo.

Ao abordar a ocupação nas áreas de fronteira do Rio Grande do Sul, Prado Júnior (1985, p. 96-97) esclarece:

No início do século XIX, estabelecem-se as primeiras estâncias regulares, sobretudo na fronteira, onde mercê das guerras se concentra a população constituída a princípio quase exclusivamente de militares e guerrilheiros. Distribuem-se aí propriedades a granel: queria-se consolidar a posse portuguesa, garantida até então unicamente pelas armas. O abuso não tardou, e apesar da limitação legal das concessões (3 léguas, equivalentes a 108 km², para cada concessionário), formam-se propriedades monstruosas.

A herança fundiária, somada à herança cultural e à herança ideológica, forma o estereótipo do gaúcho, do homem do campo, que cultua suas tradições e defende seu bem maior, seu território, sua estância, como é denominada a propriedade. A atividade continua a mesma desenvolvida há séculos, bem como a organização estrutural, onde o patriarca dita as ordens para o capataz, que as repassa aos peões, que irão cumpri-las fielmente.

Essa organização social, completamente diferente da organização social dos camponeses que colonizaram as regiões norte e nordeste e a serra do Rio Grande do Sul, deve ser compreendida, pois é a partir dela que se estabelecerão as formas de organização da produção e da reprodução dessas famílias. De forma diferenciada das demais regiões, onde se instalaram os camponeses vindos da Europa, a família desses estancieiros reside na cidade e normalmente não se ocupa de atividades agropecuárias.

A configuração socioespacial da região onde se intensificou a pecuária extensiva, caracterizada pelas grandes extensões de terra, tem proporcionado uma dinâmica de desenvolvimento com pouca ou quase nenhuma urbanidade rural, o que é sinalizado pela ausência de serviços públicos e de infraestrutura nos mais distantes rincões, bem como pela ruralidade do urbano; ou seja, o modo de vida das pessoas que vivem nas cidades é bastante marcado por características semelhantes às das pessoas que vivem no meio rural. Além disso, as relações sociais são menos aceleradas e são marcadas pelo ritmo lento das calmas pradarias sulinas.

Além desses aspectos culturais, percebe-se também uma resistência dos estancieiros em relação aos aspectos econômicos, principalmente no que se refere a investimentos nas unidades produtivas, que são ínfimos. O que se constata, sim, é a

manutenção da concentração fundiária, porém com o arrendamento de parte desta área para o cultivo de grãos, principalmente soja e arroz.

Esta dinâmica, porém, não altera as características típicas do latifúndio e a forma de organização da produção. O trabalho continua sendo dividido entre o capataz e os peões, a família dos estancieiros continua residindo na cidade, os desmembramentos das grandes propriedades são raros e, quando ocorrem, são feitos normalmente em benefício de outra grande propriedade.

Esta dicotomia, que se verifica entre, por um lado, as regiões norte e nordeste e, por outro, a região sul do estado, e que decorre das particularidades históricas, sociais e culturais, deve ser observada e compreendida, pois determina as relações que se estabelecem entre a sociedade e a natureza, influenciando e conformando os modelos e as atividades agropecuárias implementados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reconhecer o espaço rural como específico, multifacetado e diferenciado nas várias regiões do estado e reconhecer que essas especificidades são decorrentes dos processos históricos, sociais e culturais de ocupação deste território faz-se necessário para pensar projetos de desenvolvimento e de políticas públicas para o rural.

É fundamental identificar as possibilidades e as restrições que existem no interior de uma unidade produtiva, com base nas relações e articulações dos agricultores com os aspectos internos e externos, principalmente aqueles relacionados a objetivos e aspirações próprios de determinados grupos sociais e de possíveis beneficiários de políticas públicas específicas.

As relações existentes entre as famílias e o ambiente natural que as cerca são bastante complexas e dinâmicas, fruto das constantes interações/intervenções entre homem e natureza. Dessa forma, os tipos de agricultura que se estabelecem, bem como os sistemas produtivos que se implementam, assumem formas diferenciadas no tempo e no espaço e são resultantes de sua própria história.

Posto isso, compreender o momento presente e a dinâmica das famílias rurais requer conhecer e estabelecer relações entre o passado, o presente e o futuro, com os objetivos projetados por essas famílias. As possibilidades, assim como as restrições e os desafios dos sistemas de cultivos e criações desenvolvidos em determinada região, não estão relacionados apenas a condicionantes físicos e climáticos, mas principalmente, à lógica de produção e de reprodução implementada pelo núcleo familiar.

A compreensão da família como centro das relações de organização do sistema produtivo adquire significativa importância na medida em que se estreitam as relações entre a dinâmica agrária e o processo de desenvolvimento local e regional.

Portanto, a produção e a conseqüente geração de renda estão associadas a características culturais de determinado grupo e às condições ambientais do espaço onde ele vive, trabalha e se reproduz. Perceber que a cultura e a história dos grupos sociais estão

relacionadas a uma valorização dos saberes locais e tradicionais é imprescindível para a compreensão da forma de organização do sistema produtivo implementado.

REFERÊNCIAS

ALVES, Flamarion Dutra; SILVEIRA, Vicente Celestino Pires. Evolução das desigualdades regionais no Rio Grande do Sul: espaço agrário, imigração e estrutura fundiária. *Caminhos de Geografia*, Uberlândia, v. 9, n. 26, p. 1-15, jun. 2008.

BRUM, Argemiro Jacob. *A modernização da agricultura: trigo e soja*. Petrópolis: Vozes, 1988.

BRUM NETO, Helena. *Regiões culturais: a construção de identidades culturais no Rio Grande do Sul e sua manifestação na paisagem gaúcha*. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia), PPG em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato Sérgio. *Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

GIRON, Loraine Slomp; CORSETTI, Berenice. As companhias de colonização: a reprodução do sistema colonial. In: DE BONI, Luís Alberto (Org.). *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. v. 2, p. 483-503.

MIGUEL, Lovois de Andrade. Abordagem sistêmica da Unidade de Produção Agrícola (UPA). In: WAGNER, Saionara Araújo; GIASSON, Elvio; MIGUEL, Lovois de Andrade; MACHADO, João Armando Dessimon (Org.). *Gestão e planejamento de Unidades de Produção Agrícola*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2011. Cap. 1 da presente publicação, p. 8-12.

PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20., 1996, Caxambu, MG. GT 17. *Processos sociais agrários*. Caxambu, MG, 1996.

WOORTMANN, Ellen. *O trabalho da terra: a lógica e a simbologia da lavoura camponesa*. Brasília: Ed. da UnB, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. Redescobrimo a família rural. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 66-83, 1986.

ANDREATTA, Tanice; BEROLDT, Leonardo Alvim; WANDSCHEER, Elvis Alberto; MIGUEL, Lovois de Andrade. Origens da formação agrária sul-rio-grandense no contexto brasileiro. CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER), 47., 2009, Porto Alegre.

BLUM, Rubens. Agricultura familiar: estudo preliminar da definição, classificação e problemática. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: Ed. da UPF, 1999. p. 57-103.

GRAZIANO DA SILVA, José; KAGEYAMA, Ângela; ROMÃO, Devancyr Alessandro; NETO, José Amaral Wagner; PINTO, Luzia Conejo Guedes. Tecnologia e campesinato: o caso brasileiro. *Revista de Economia e Política*, São Paulo, v. 3, n. 4, p. 21-56, out./dez. 1983.

MARTINS, José de Souza. A questão agrária brasileira e o papel do MST. In: STÉ-DILE, João Pedro (Org.). *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 11-76.

NICOLOSO, Tiago Oliveira. *Os saberes tradicionais e o modo de vida camponês como elementos para a compreensão de uma nova forma de organização camponesa: o exemplo de Nova Pádua – RS*. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia), PPG em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

PETRONE, Maria Thereza Shorer. *O imigrante e a pequena propriedade. 1824-1930*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

RICCI, Rudá. *Movimentos sociais rurais nos anos 90*. Campinas: GIPAF – Grupo de Interesse em Pesquisa para a Agricultura Familiar, EMBRAPA, 2006.

SILVA, Márcio Antonio Both da. *Por uma lógica camponesa: caboclos e imigrantes na formação do agro do planalto riograndense 1850-1900*. 2004. Dissertação (Mestrado em História), PPG em História, Departamento de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SILVEIRA, Paulo Roberto Cardoso da; LERNER, Fernanda; LOPES, Abel Panerai; RODRIGUES, Marli. O impacto dos novos empreendimentos florestais e das modernas lavouras de grãos nas tradicionais áreas de pecuária no RS: a despecuarização ou o reforço das estâncias? In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER), 47., 2009, Porto Alegre.

SOUZA, Marcelo Medeiros Coelho de. A importância de se conhecer melhor as famílias para a elaboração de políticas sociais na América Latina. *Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília, v. 22, p. 47-71, 2000.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 3 v.



WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade de terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.

WILLEMS, Emílio. *A aculturação dos alemães no Brasil*. São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1980.